



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
**Secretaria Municipal de Fazenda**

**DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

**JUSTIFICATIVA DO ADMINISTRADOR PÚBLICO (art. 32 da Lei nº 13.019/2014 e art. 19, § 4º, do Decreto Municipal nº 2.653/2023)**

**PROCESSO Nº: 04/2024**

**OBJETO:** refere-se à Dispensa de Chamamento Público, nos termos do art. 30, VI, da Lei Federal nº 13.019/2014, com a finalidade de possibilitar a celebração de parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, CNPJ nº 21.288.626/0001-15, para possibilitar a transferência de recursos financeiros de verbas originárias do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, do bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade, visando a consecução de finalidade de interesse público e recíproco, consistente em promover a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência física, intelectual e múltipla e a preparação social através das atividades desenvolvidas nas diversas modalidades de oficinas oferecidas pela APAE Monte Carmelo, conforme Lei Municipal nº 2.080, de 05 de março de 2024.

**VALOR GLOBAL ESTIMADO:** R\$ 35.329,08 (trinta e cinco mil, trezentos e vinte e nove reais e oito centavos)<sup>1</sup>

**PERÍODO:** exercício de 2024

**TIPO DE PARCERIA:** Termo de Colaboração

**VIGÊNCIA:** 10 (dez) meses

**PÚBLICO-ALVO:** pessoas com deficiência física, intelectual e múltipla, assistidas pela APAE Monte Carmelo.

A Secretária Municipal de Fazenda, no uso de competência atribuída pelo Decreto Municipal nº 2.653, de 10 de julho de 2023, e considerando a Lei Municipal nº 2.080/2024, vem por meio deste Termo:

**JUSTIFICAR A DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA A  
FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO DE  
PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE MONTE CARMELO**

**CONSIDERANDO** a Lei Federal de nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência, destinado a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania;

<sup>1</sup> O valor informado está sujeito à variação considerando que os recursos efetivamente recebidos e repassados pelo Município não necessariamente equivalem ao valor pactuado, que constitui apenas estimativa. Portanto, não é possível mensurá-lo de forma antecipada com exatidão já que está vinculado ao cronograma e repasse do FNAS.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**

### **Secretaria Municipal de Fazenda**

**CONSIDERANDO** que o Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, instituído pela Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, em seu art. 1º dispõe que a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas;

**CONSIDERANDO** que a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, em seu art. 2º, I, alínea 'd', dispõe que a assistência social tem por objetivos a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

**CONSIDERANDO** que a Constituição Federal de 1988, em seu art. 23, *caput*, e inciso II, determina que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

**CONSIDERANDO** que a Lei Orgânica do Município dispõe no art. 11, II, que compete ao Município, em comum com os demais membros da federação, cuidar da saúde e da assistência pública, da proteção e garantia das pessoas com deficiência;

**CONSIDERANDO** que a Lei Orgânica estabelece em seu art. 141, incisos I, II e III, que o Município poderá firmar convênios com entidades beneficentes e de assistência social, bem como poderá estabelecer consórcios com outros municípios, visando especialmente, fomentar programas de amparo à família, à gestante, à maternidade, à infância e à velhice; programas de formação profissional de crianças e adolescentes carentes e a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiências e promoção de sua integração à vida comunitária;

**CONSIDERANDO** que a Lei Federal nº 13.019/2014, conhecida como “Marco Regulatório do Terceiro Setor”, estabeleceu o regime jurídico das parcerias voluntárias, com ou sem transferência de recursos financeiros, entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público;

**CONSIDERANDO** que o art. 30, VI, da Lei Federal nº 13.019/2014 prevê que a administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política”;

**CONSIDERANDO** que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Monte Carmelo – APAE, inscrita no CNPJ sob o nº 21.288.626/0001-15, é pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que desenvolve atividades de assistência social e que foi devidamente credenciada perante a Secretaria Municipal de Inclusão Social conforme publicação constante da edição nº 2.667 do Diário Oficial do Município, de 26 de setembro de 2023;

**CONSIDERANDO**, portanto, que trata-se de organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que não remunera, nem sequer distribui lucros e/ou excedentes aos diretores, gestores ou associados, bem como tem prevista a destinação do seu patrimônio a outra



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

### Secretaria Municipal de Fazenda

instituição de mesma natureza ou ao Poder Público, em caso de desconstituição, atendendo aos critérios do art. 2º, I, 'a', da Lei Federal nº 13.019/2014;

**CONSIDERANDO** que a Lei Municipal n.º 2.080/2024 autorizou o Município de Monte Carmelo a repassar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE verbas originárias do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, do bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade;

**CONSIDERANDO** que a proposta analisada atende ao princípio da supremacia do interesse público, pois está em consonância com um dos objetivos centrais da Prefeitura de Monte Carmelo e da Secretaria Municipal de Inclusão Social, que consiste na implementação de políticas públicas que propiciem a integração e a efetivação dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência;

**CONSIDERANDO** que o termo de colaboração é o “instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros”;

**CONSIDERANDO** que a dispensa e a inexigibilidade de chamamento público não afastam a aplicação dos demais dispositivos da Lei Federal nº 13.019/2014;

**CONSIDERANDO** que o art. 32 Lei Federal nº 13.019/2014 prevê que a ausência de realização de chamamento público será justificada pelo administrador público;

Há justificativa válida, idônea e de interesse público para a celebração de Termo de Colaboração entre o Município de Monte Carmelo–MG e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Monte Carmelo, CNPJ n.º 21.288.626/0001-15, por Dispensa de Chamamento Público conforme art. 30, VI, da Lei Federal nº 13.019/2014 e art. 19, § 2º, IV, do Decreto Municipal n.º 2.653, de 10 de julho de 2023, que dispõe que **a administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política**

A parceria terá por objeto a transferência de recursos financeiros de verbas originárias do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, do bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade, visando a consecução de finalidade de interesse público e recíproco, consistente em promover a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência física, intelectual e múltipla e a preparação social através das atividades desenvolvidas nas diversas modalidades de oficinas oferecidas pela APAE Monte Carmelo, conforme Lei Municipal n.º 2.080, de 05 de março de 2024.

Segundo o art. 4º, I, do Decreto Federal nº 7.788, de 15 de agosto de 2012, que “Regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social, instituído pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências”, “os recursos repassados pelo FNAS destinam-se ao cofinanciamento dos serviços de caráter continuado e de programas e projetos de assistência social, destinado ao custeio de ações e ao investimento em equipamentos públicos da rede socioassistencial dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
**Secretaria Municipal de Fazenda**

Por sua vez, o art. 10 do referido diploma estabelece que “os recursos de que trata o inciso I do caput do art. 4º poderão ser repassados pelos fundos estaduais, municipais e do Distrito Federal para entidades e organizações que compõem a rede socioassistencial, observados os critérios estabelecidos pelos respectivos conselhos, o disposto no art. 9º da Lei nº 8.742, de 1993, e a legislação aplicável.”

Ao seu turno, o art. 9º da Lei Federal nº 8.742, de 1993, prevê que “o funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social, ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, conforme o caso.” Atendendo ao que preceitua a legislação, a APAE possui comprovante de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social, válido até agosto de 2024 de acordo com a Resolução CMAS 14/2024 social e foi devidamente credenciada perante a Secretaria Municipal de Inclusão Social conforme publicação constante da edição nº 2.667 do Diário Oficial do Município, de 26 de setembro de 2023.

Com efeito, a parceria conferirá maior abrangência às ações empreendidas pela APAE, que desenvolve diversas atividades visando habilitação, reabilitação e inclusão das pessoas com deficiência, em especial às pessoas com deficiência intelectual e múltipla, estando estes objetivos em consonância com as diretrizes e interesse público.

**Nos termos do § 2º do art. 32 da Lei Federal nº 13.019/2014 e § 6º do art. 19 do Decreto Municipal nº 2.653/2023, admite-se a impugnação a esta justificativa, a ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias a contar de sua publicação, no Protocolo Geral da Prefeitura de Monte Carmelo, situado na Avenida Olegário Maciel, nº 129, 1º andar, Centro, no horário das 08:00 h às 11:30 h e das 13:30 h às 17:00 h, cujo teor deve ser analisado em até 05 (cinco) dias da data do respectivo protocolo.**

Monte Carmelo/MG, 11 de março de 2024.

**ANA PAULA PEREIRA**  
*Secretária Municipal de Fazenda*